

Economia

TRABALHO

PED chega a 25 anos com balanço do desemprego na Região Metropolitana


Banrisul
O grande banco do sul.

Evento na FEE reunirá personalidades que participaram da formulação do indicador mais antigo do Rio Grande do Sul

Patrícia Comunello

patriciacomunello@jornaldocomercio.com.br

Em junho de 1992, o Brasil era governado por Fernando Collor de Mello - que sofreria processo de impeachment e se afastaria em setembro do mesmo ano -, e a taxa de desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) estava em 14,8%, a primeira apurada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Vinte e cinco anos depois, em junho de 2017, a taxa, que reflete ainda o mercado em abril, está em 11,3% e é crescente, segundo especialistas da PED. O cenário atual não é o de inflação de 1.000% ao ano de 25 anos atrás, mas o ambiente político é conturbado. O presidente Michel Temer (PMDB), coincidentemente, é alvo de pedido de afastamento após denúncias do empresário e um dos donos do JBS Joesley Batista.

A trajetória não da política, que é pano de fundo certamente, mas da PED está em foco. A pesquisa na RMPA completa neste mês um quarto de século de execução, coordenada pela Fun-

dação de Economia e Estatística (FEE), Dieese e Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (Fgtas). Hoje, um evento na FEE reunirá personalidades que participaram da formulação e implantação do indicador mais antigo do Estado. A partir das 14h, Wrana Panizzi, ex-reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e presidente da FEE quando surgiu a PED; Carlos Henrique Horn, que implantou a metodologia na FEE e é professor de Economia na Ufrgs; e Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese nacional, estarão na jornada sobre os 25 anos da PED, na sede da FEE.

A data também é crucial por outros dois aspectos. A FEE, que operacionaliza a PED, foi extinta pelo Estado, processo suspenso pela Justiça, mas há suspense sobre o seu futuro. O segundo fator é o custeio da pesquisa, que depende de verbas do Ministério do Trabalho repassadas à Fgtas, cujo convênio precisa ser renovado neste mês para assegurar repasses futuros. Em 2016, a PED passou pela mesma incerteza e



Retorno de taxas mais altas remete ao anos 1990, afirma Iracema

quase parou de ser feita. A assessoria do ministério informou, na última sexta-feira, que há parcelas a serem pagas no atual convênio, mas que "para ações futuras não há recurso previsto no orçamento de 2017". Coordenadora da PED na FEE, a economista Irace-

ma Castelo Branco admite que as condições institucionais para manter a pesquisa voltam a preocupar, mas ela espera que haja solução, como em 2016.

A respeito das mutações do mercado de trabalho em 25 anos, Iracema reforça que há retor-

no da taxa mais alta, que remete ao passado dos anos de 1990. "É preocupante, pois isso sinaliza para o aumento da taxa. Naquele período (1992), havia um processo de elevação da taxa desde os anos de 1980", descreve. A PED surge, cita ela, da percepção que a taxa oficial da época não mostrava a dimensão do problema. Dieese e Fundação Seade, em São Paulo, criam o indicador após estudos.

Sobre o desemprego de 25 anos atrás e o de agora, Iracema comenta que os anos de 1990 tiveram o auge da oferta da mão de obra dos jovens. Este contingente não conseguia emprego, o que turbinou a taxa, que chegou a quase 20% em 1999. A economista observa que hoje não há mais a pressão demográfica no mercado, pelo menos no Estado, mas que o problema passou a ser a queda na oferta de vagas. "Temos principalmente a perda de postos com carteira assinada gerados na década de 2000 e que estão sendo destruídos agora pela recessão muito intensa da economia", conclui a economista.

CONTAS PÚBLICAS

Secretaria Estadual da Fazenda divulga prévia do rateio do ICMS para 2018

Os índices provisórios de participação de cada município no ICMS a ser arrecadado em 2018 podem ser conferidos na edição de hoje do Diário Oficial do Estado (DOE). Apurado pela Secretaria da Fazenda com base no desempenho médio da economia local entre os anos de 2015 e 2016, o IPM (Índice de Participação dos Municípios) Provisório indica como o Estado irá repartir cerca de R\$ 8,33 bilhões, ao longo do próximo ano, entre as 497 prefeituras gaúchas.

O volume corresponde a 25% sobre a receita de ICMS, que tem uma projeção de arrecadação de R\$ 33,34 bilhões em 2018, con-

forme previsto no projeto da LOA (Lei de Diretrizes Orçamentárias). A portaria com o IPM Provisório foi assinada pelo secretário da Fazenda, Giovani Feltes, na última sexta-feira.

Pelo segundo ano consecutivo, a publicação do índice provisório ocorre ainda dentro do mês de junho, respeitando os prazos determinados pela Lei Complementar nº 63/90. Conforme o subsecretário da Receita Estadual, Mário Luís Wunderlich dos Santos, a medida auxilia as prefeituras na elaboração das suas peças orçamentárias. A partir da publicação do IPM Provisório, inicia-se o prazo para eventuais

questionamentos dos municípios para posterior confirmação dos percentuais definitivos.

O rateio na arrecadação do ICMS é definido por uma série de critérios estabelecidos em lei. O fator de maior peso é a variação média do Valor Adicionado Fiscal (VAF), que responde por 75% da composição do índice. O VAF é calculado pela diferença entre as saídas (vendas) e as entradas (compras) de mercadorias e serviços em todas as empresas localizadas no município.

Por este critério, a Receita Estadual apurou, por exemplo, que o melhor desempenho proporcional ocorreu nas regiões Ceilero

(variação de 19,6%), Sul (15,6%) e Médio Alto Uruguai (14,3%). As maiores economias continuam concentradas nas regiões Metropolitana, Vale do Sinos e Serra, porém com variação do VAF baixa nos anos de 2015 e 2016, por conta dos reflexos da recessão econômica do País.

Nas 10 maiores economias do Rio Grande do Sul, o IPM Provisório para 2018 mostra igualmente os reflexos da crise. Apenas três municípios têm crescimento previsto para o próximo ano: Canoas (passa de 6,69% para 7,09%), Rio Grande (de 1,17% para 1,97%) e Santa Cruz do Sul (1,45% para 1,54%). Os de-

mais têm ligeiras quedas.

Para as empresas do Simples Nacional é feito um cálculo simplificado, que considera como valor adicionado 32% sobre a receita bruta da empresa. Outras variáveis e seus pesos correspondentes são: população, 7%; área, 7%; número de propriedades rurais, 5%; produtividade primária, 3,5%; inverso do valor adicionado per capita, 2%; e pontuação no Programa de Integração Tributária (PIT), 0,5%.

Em 2016, o repasse de ICMS aos municípios foi de R\$ 6,03 bilhões. Em 2017, até o mês de abril, as transferências de ICMS já alcançaram R\$ 1,96 bilhão.

Inscreva o seu projeto no
Programa Banrisul de Patrocínios

até 30/06/2017. Consulte o edital em banrisul.com.br/patrocínios


Banrisul
O grande banco do sul.

SAC: 0800.646.1515 | Def. Auditivos e de Fala: 0800.648.1907
Ouvidoria: 0800.644.2200 | Def. Auditivos e de Fala: (51) 3215.1068